MANDADO DE SEGURANÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2.517-7 — DF
(Registro nº 93.0003274-7)

Relator: *O Sr. Ministro José Dantas*

Impetrante: *Geraldo Barreiros*

Advogado: *Dr. Geraldo Barreiros*

Impetrados: *Ministro de Estado da Secretaria da Administração Federal e Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Ministério de Minas e Energia*

Sust. Oral: *Dr. Geraldo Barreiros (p/impte.)*

EMENTA: *Funcionário. Proventos da aposentadoria.*

— Teto. Legitimidade da limitação de proventos imposta nos termos das Leis 8.112/90, art. 42, e 8.216/91, art. 24, salvo em relação à reclamada vantagem do art. 184 da Lei 1.711/52.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conceder parcialmente a Segurança, nos termos do voto do Sr. Min. Relator. Votaram com o Relator os Srs. Mins. José Cândido, Pedro Acioli, Jesus Costa Lima, Assis Toledo, Edson Vidigal, Adhemar Maciel e Anselmo

Santiago. Ausente, por motivo justificado, o Sr. Min. Vicente Cernicchiaro.

Brasília, 07 de outubro de 1993
(data do julgamento).

Ministro FLAQUER SCARTEZZINI, Presidente. Ministro JOSÉ DANTAS, Relator.

RELATÓRIO

O SR. MINISTRO JOSÉ DANTAS: A título acima, adoto o parecer

do Ministério Público Federal, lavra da Subprocuradora-Geral Delza Curvello, **verbis**:

“Geraldo Barreiros, servidor público aposentado no cargo de Assistente Jurídico, impetra, em seu próprio favor, mandado de segurança, insurgindo-se contra o desconto efetuado em seus proventos sob a rubrica “Abate Teto Lei 8.448/92 — Inat”, destinado a atender o disposto nos arts. 37, incisos XI e 39, § 1º, da C.F.

2. Em resumo, alega o impetrante que à época em que foi efetuado o desconto contra o qual se volta, a remuneração de um Ministro de Estado era superior a Cr\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de cruzeiros), e que sua retribuição não passou de Cr\$ 13.602.884,75 (treze milhões e seiscentos e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos), fazendo jus o impetrante, no mínimo àquela importância-base de Cr\$ 39 milhões, fixada como remuneração de um Ministro de Estado, e nunca aquele saldo de Cr\$ 13.602.884,75 que percebeu.

3. Verbera mais que houve má aplicação da Lei nº 8.448/92, já que em seus proventos foram abatidas verbas constitucionalmente protegidas, especialmente pelo direito adquirido e pela coisa julgada, sendo que o abate incidiu sobre duas parcelas conquistadas por decisão judicial, e outra sobre o adicional por tempo de serviço e que sobre esta

última o abate deve ser inoponível, porque expressamente excluído pela Lei 8.448/92 (art. 3º, II, e).

4. Por fim, invoca a garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos para questionar o abate deduzido em seus proventos, requerendo, afinal, a concessão da segurança para fazer cessar a constrição que vem sofrendo, determinando-se que lhe seja devolvido o montante deduzido, acrescido de juros e correção monetária.

5. A autoridade impetrada prestou as informações às fls. 52, asseverando que o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada não são imunes à constituição e que o abate deduzido está alicerçado na lei e na Constituição Federal (art. 37, XI e art. 39, § 1º, ambos da C.F.).

6. Dos autos, verifica-se que foram efetuados descontos equivalentes a dois terços nos proventos do impetrante, a título de abate de teto de remuneração. Esse montante reduziu substancialmente seus proventos, o que fê-lo se valer da presente impetração para buscar o restabelecimento de seus proventos. Apresentando-se dessa forma, o Ministério Público Federal entende que é plausível a solicitação da prestação jurisdicional.

O montante sobre o qual incidiu o abate de teto é o conjunto de diversas verbas. Dentre elas

figuram algumas rubricas que representam vantagem de caráter individual. Essas vantagens são aquelas que o servidor percebe em decorrência de uma situação pessoal e que estão protegidas constitucionalmente, a teor do § 1º, *in fine*, do art. 39 da C.F.

7. As vantagens pessoais ou de caráter individual que fazem parte da situação do impetrante estão representadas pelo adicional por tempo de serviço; vantagem do artigo 184, da Lei nº 1.711/52, mais aquelas vantagens pessoais conseguidas através de decisão judicial, conforme vêm discriminadas em seu contracheque acostado às fls. 11.

Considerando que ditas vantagens são decorrentes de uma situação pessoal do impetrante, e não vantagens deferidas ao conjunto dos servidores como um todo, é de tê-las como verbas constitucionalmente asseguradas, não devendo sobre elas incidir o abate deduzido.

8. O adicional por tempo de serviço por ser vantagem pessoal está excluído do teto previsto no art. 37, XI, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, na ADIN nº 14-DF e o Superior Tribunal de Justiça no RMS nº 1.154-0/GO (RSTJ 46/507). Desse modo, aquelas rubricas que são consideradas vantagens pessoais componentes da remuneração do impetrante devem ser excluídas do teto do art. 39, XI, da C.F.

Ante o exposto, o Ministério Público Federal opina pelo conhecimento do mandado de segurança e pelo seu deferimento, para que seja expungido do teto de remuneração as vantagens pessoais, assim consideradas o adicional por tempo de serviço, a vantagem do art. 184, da Lei nº 1.711/52 e as vantagens decorrentes de sentença judicial, condicionada, entretanto, a que o impetrante, em tempo hábil, junte a certidão de trânsito em julgado das decisões judiciais mencionadas.” — fls. 66/68.

Relatei.

VOTO

O SR. MINISTRO JOSÉ DANTAS (Relator): Senhor Presidente, o caso aqui difere daquéloutro contra autoridades correlatas da S.A.F. e do M.E.F.P., mirante a infirmar o teto constitucional do art. 37, XI, à invocação dos princípios do direito adquirido, da isonomia, da irredutibilidade de vencimentos, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (v.g., MS 2.134, julgado em 16.09.93). No presente caso, o impetrante busca excluir daquele teto as parcelas de natureza pessoal, a saber: o adicional por tempo de serviço, a vantagem do art. 184, da Lei 1.711/52, o salário-família, a representação mensal do DL 2.355/87, a gratificação da Lei 7.923/89, a gratificação por atividade executiva (GAE) e as decorrentes de decisões judiciais.

A isso, porém, se opõe o demonstrativo de fls. 60/61, *verbis*:

“6. No caso específico do pagamento do Impetrante o SIAPE, com relação ao denominado “Abate Teto”, procede da seguinte forma:

“a — Com base na Lei nº 8.442/92, limitou o recebimento das rubricas abaixo, no mês de dezembro/92, em Cr\$ 9.426.660,00 (nove milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e seiscentos e sessenta cruzeiros), conforme cópia de tabela anexa, extraída daquele Sistema;

b — Ao analisar cópia do contracheque do mês de dezembro/92, apresentado pelo impetrante neste processo, verifica-se que o SIAPE considera como parcelas sujeitas ao limite do TETO acima especificado, as rubricas abaixo discriminadas:

00034	Vant Art. 184 L 1.711/52	Cr\$ 2.932.299,75
00189	Repr Mens/Inat/2333/Ac Jud	Cr\$ 3.221.833,59
00244	Grat Lei 7.923/89/inativo	Cr\$ 1.870.819,42
00514	Vant Pes. Sent. Judic/Inat	Cr\$ 10.556.279,10
00514	Vant Pes. Sent. Judic/Inat	Cr\$ 23.736.145,44
00592	Grat Ativ. Exec. GAE/Inat.	Cr\$ 5.154.933,74
	Total	Cr\$ 47.472.311,04

c — Diante do acima exposto o processamento automatizado, pelo SIAPE, é efetuado da seguinte forma:

c.1 — Somatório das Rubricas	Cr\$ 47.472.311,04
c.2 — Limite TETO	Cr\$ 9.426.660,00
c.3 — Diferença Descontada sob o título “ABATE TETO LEI 8.448/92/INAT”, rubrica 00513, Cr\$ 38.045.651,04, que corresponde à diferença entre o somatório dos valores das rubricas e o limite TETO.”	

Assim, verifica-se que não foram incluídos no cômputo do “teto” o salário-família e o adicional por tempo de serviço, como equivocadamente alega o impetrante; aliás, parcelas essas claramente excluídas pelas letras a e e do inciso II, do art. 3º da Lei 8.448/92.

Portanto, resta examinar os demais valores pleiteados.

Do primeiro — vantagem do art. 184 da Lei 1.711/52 —, relembro voto que proferi no PA 154/92-TST, alusivo ao teto dos servidores aposentados deste Tribunal, quando dei pela exclusão de tal vantagem, segundo o fizera o Supremo Tribunal Federal relativamente a servidores de sua Secretaria (Proc. 015106-B-STF, Sessão Administrativa de 07/02/92). Referi, então, à competência daquela Corte como intérprete-mor da matéria, dada a sua natureza constitucional por excelência.

Das duas outras vantagens defendidas pelo impetrante a título de sua obtenção por sentença, verifico que as mesmas se constituem de simples melhorias relativas a movimentação de referências (sentença de fls. 29), qualificação que não tem como distingui-las do procurado montante da retribuição sujeita àquele teto constitucional.

Quanto às demais parcelas referidas sem maior especificação de seu pretendido desconto, tenha-se que a lei não as exclui do teto, não cabendo, pois, ao Judiciário fazê-lo mormente em face do excepcional comando do art. 17 do ADCT/88.

Pelo exposto, concedo parcialmente a segurança, tão-somente para mandar excluir do reclamado teto a vantagem do art. 184 da Lei 1.711/52.

EXTRATO DA MINUTA

MS nº 2.517-7 — DF — (93.0003274-7) — Relator: O Sr. Ministro José Dantas. Impte.: Geraldo Barreiros. Advogado: Geraldo Barreiros. Impdo.: Ministro de Estado da Secretaria da Administração Federal. Impdo.: Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Ministério de Minas e Energia. Sustentou oral-

mente, o Dr. Geraldo Barreiros, pelo Impetrante.

Decisão: A Seção, por unanimidade, concedeu parcialmente a Segurança, nos termos do voto do Sr. Min. Relator (em 07.10.93 — 3ª Seção).

Votaram com o Relator, os Srs. Mins. José Cândido, Pedro Acioli, Jesus Costa Lima, Assis Toledo, Edson Vidigal, Adhemar Maciel e Anselmo Santiago. Ausente, por motivo justificado, o Sr. Min. Vicente Cernicchiaro.

Presidiu o julgamento o SR. MINISTRO FLAQUER SCARTEZZINI.